

Terra e Geografia

Guilherme dos Santos Claudino

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: guilhermeclaudinogeo@gmail.com

Eliseu Savério Sposito

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: essposito@gmail.com

Resumo

Este artigo trata do conceito de terra em uma perspectiva histórica e contextual. Nesse quadro, o texto dialoga com filósofos, historiadores, sociólogos e geógrafos e as suas relações com os estudos do rural. Realizou-se um exercício de ordem didático-teórica, uma vez que as noções de rural e, concomitantemente, agrícola e agrário são adjetivações que fluem da *terra*, porém são pouco explícitas em suas diferenças conceituais. Pretende-se, portanto, entender a terra e sua relação com o saber geográfico por meio do diálogo interdisciplinar, mirando a construção de uma agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Terra; rural; saber geográfico.

Land and Geography

Abstract

This article deals with the concept of land in a historical and contextual perspective. In this framework, the text dialogues with philosophers, historians, sociologists and geographers and their relations with rural studies. A didactic-theoretical order exercise was performed, since the notions of rural and, concurrently, agricultural and agrarian are adjectivations that flow from the *earth*, but are not explicit in their conceptual differences. It is intended, therefore, to understand the land and its relationship with geographic knowledge through interdisciplinary dialogue, aiming at the construction of a research agenda.

Keywords: Earth; Rural; Geographic knowledge.

Tierra y Geografía

Resumen

Este artículo trata del concepto de tierra desde una perspectiva histórica y contextual. En ese cuadro, el texto dialoga con filósofos, historiadores, sociólogos y geógrafos y sus relaciones con los estudios del rural. Se realizó un ejercicio de orden didáctico-teórico, ya que las nociones de rural y, concomitantemente, agrícola y agrario son adjetivaciones que fluyen de la *tierra*, pero son poco explícitas en sus diferencias conceptuales. Se pretende, pues, entender la tierra y su relación con el saber geográfico a través del diálogo interdisciplinario, mirando la construcción de una agenda de investigación.

Palabras clave: Tierra; rural; saber geográfico.

Introdução

Terra é uma palavra que carrega muitos significados. Todo objeto que percorre os tempos tende, naturalmente, a se modificar, adquirindo, passo a passo, tonalidades diferentes em cada período histórico. A terra, enquanto conceito, pode ser interpretada por meio de metafísicas imanentes e transcendentais, variando com o social que lhe determina. Assim, cada tempo e sociedade conferiram-lhe certo sentido existencial e, concomitantemente, de poder.

Para discorrermos sobre o assunto, de modo geral, propomos um diálogo com algumas manifestações da terra no âmbito da Geografia e, de modo específico, no conjunto dos estudos da geografia rural. Na primeira parte, discutimos “o que é terra?”, com o intuito, sinteticamente, de abrir o diálogo sobre a natureza da questão. Posteriormente, destacamos algumas relações do binômio terra/Brasil, com ênfase nas reverberações à Geografia. Num terceiro momento, abordamos os conceitos de rural, agrícola e agrário, destacando-os como objetos de análise da história.

O propósito deste exercício é, didaticamente, abrir um debate sobre um conceito que historicamente faz parte do discurso geográfico, mas de forma diminuta recebe atenção pelos geógrafos. O conceito de terra precisa ser resgatado e debatido para além de sua condição realística e material de uma mera superfície onde as coisas acontecem.

Que é Terra?

Diferentemente da procura (ainda inacabada) *existencial* do clima e da forma, no âmbito das ciências naturais, a terra por si mesma figura-se como um *ser*. Uma entidade com vida própria, se ficarmos aqui com as relações indígenas e quilombolas. As relações vernaculares estabeleceram um vínculo com a terra antes das investigações científicas. A terra como uma categoria de análise científica (e mesmo ontológica), transmutada através dos signos espaciais (paisagem, território, regiões, lugar), vem depois das relações cotidianas da humanidade com o fato terrestre.

Na intenção de uma breve introdução à “terra-categoria”, na Geografia, demonstraremos algumas aparições que julgamos recorrentes à sua noção. Nossa escolha pela terra é uma estratégia de recorte no leque que cobre o rural nos estudos geográficos. Outros recortes poderiam ser feitos e, por tal motivo, este não é um fim em si. É apenas um elemento entre outros, tal como o homem e a cultura, e a própria economia agrícola. Os caminhos são inúmeros para ler o rural, o que revela a inviabilidade de pretensão do todo. O reconhecimento das nossas limitações pela abundância do objeto responde à escolha por determinados pedaços do fato rural.

Cabe um destaque quanto a esta escolha. A noção de terra, todavia, pode representar um dado mais abrangente que o rural, o que acreditamos que possivelmente seja. Neste sentido, pode-se cair em uma armadilha, correr do rural e estacionar num outro todo, ainda mais enigmático. Dado que a terra atravessa a religião, a ciência e a filosofia. Antecede, por assim dizer, o próprio humano. Nosso recorte, contudo, dialoga com outros recortes, isto é: a Geografia produzida no Brasil.

A terra pode ser concebida de diversos modos. Como uma categoria do pensar, no maior das vezes, é sinônimo de *rural*, tomando o *social* como relação do seu fundamento. A *raiz* do rural como um objeto e conceito científico é a *terra*, que lhe antecede como uma materialidade. Também o é com o *urbano*, suas qualificações e adjetivos, quaisquer que sejam, estão sobre um *chão*, isto é, sobre uma terra ou matéria, que seja, enfim, o espaço (embora não seja nesta questão que almejamos chegar). O próprio conceito de território não antecede o de terra, sua constituição objetiva compreender e obriga um determinado “conteúdo” para surgir junto às relações de poder. A terra, em seus sentidos correntes, representa uma superfície sólida da crosta terrestre, de um planeta no sistema solar e, muitas vezes, como sinônimo de “mundo”. Aparece, ainda, como um presente de Deus, como é possível detectar no Antigo Testamento, com a Terra Prometida (de Canaã) ao povo hebreu¹. Deus, aliás, personificará um dos pilares da matriz cognitiva dos camponeses para com a terra. É difícil arriscar se o tom subjetivo e mítico tenha vindo antes da concepção física, por intermédio da noção de matéria. Ambas – terra e matéria – percorrem a história do pensamento humano.

A ideia de “matéria” talvez anteceda a noção de terra, porém suspeitamos que a “matéria” represente uma concepção irradiada pelo científico e filosófico, o que, se assim o for, sucederia a ideia de terra. Um exemplo pode ser constatado no filósofo pré-socrático Empédocles (490 a.C. - 430 a.C.), com sua teoria das quatro *raízes* da matéria ou *phýsis*. Para este filósofo, o fogo, a água, o ar e a terra são um *rizómata* (ou rizoma no sentido de um “tufo de raízes”), que constituem a “matéria”, ou seja, tudo que existe. Essas raízes, de acordo com Chauí (2002), são misturadas e indiscerníveis, pois constituem o Uno. Outro exemplo podemos encontrar no filósofo Gaston Bachelard, em suas obras *A terra e os devaneios da vontade* e *A terra e os devaneios do repouso*, ainda que tenha se dedicado aos outros elementos, a terra recebe atenção singular na sua construção filosófica, entendida como uma extroversão e introversão da imaginação criadora. A matéria e o subjetivo eclipsam-se à terra. De modo ainda mais fascinante, para ficarmos ainda com os filósofos, a terra aparece em Nietzsche com um tom muito curioso. Davim e Marandola Júnior (2018, p. 732) destacam cinco visões sobre a terra em Nietzsche, a saber:

¹ Em hebreu a terra é traduzida como *èrets*, significando mundo, solo, entre outras acepções.

[...] (1) terra como mundo-aquém, (2) terra como *cosmo*, (3) terra como subtaneidade, (4) terra como *topos*-poético e (5) terra como horizonte humano. Cinco perspectivas e sentidos sobre o mesmo termo ou palavra. Uma luta entre pontos de vista que edificam a terra como um modo de pensar geofilosófico que cremos ter muito a contribuir para o conhecimento em geral, sobretudo para o pensamento geográfico e seus debates epistemológicos.

Caminhando nas mesmas trilhas de Bachelard e Nietzsche encontra-se o geógrafo Éric Dardel (2011). A terra, em Dardel, em especial na obra *O homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica*, é um texto a ser decifrado, não se definindo necessariamente como um objeto ou planeta reduzido a objetificação científica e material. A terra é o algo que conduz o homem aos sentidos, qualificando, então, o que chamou de geograficidade². Outro geógrafo deste mesmo cabedal é Paul Claval (2010), com a obra *Terra dos Homens: a geografia*. Partindo do período grego, em que a geografia era uma “descrição da terra” por meio da qual os gregos “liam no céu a forma da Terra”, chegamos ao período contemporâneo, que demonstra as relações do homem com a terra e o mundo digital. Tanto Dardel quanto Claval relacionam a ideia de uma terra-matéria, com a dimensão do subjetivo, da imaginação e do saber. Com esses, e muitos outros, é possível (e de diferentes modos) rastrear as concepções e sentidos da terra, lançando o exercício a outro patamar. Este objetivo, ainda que sedutor, lança-nos a outros caminhos os quais o presente texto não irá se deter. Cabe adentrar, agora, nas produções da Geografia brasileira.

Terra e Brasil

A Geografia produzida no Brasil também revela algumas manifestações da “terra”. Para ficarmos aqui com três casos aleatórios, lembramos das obras de Manuel Correia de Andrade, Aroldo de Azevedo e Carlos Walter Porto-Gonçalves. O primeiro com *A Terra e o Homem no Nordeste*, da década de 1960, demonstrando o contraste geográfico e conflituoso da terra na região nordestina. O segundo com *Brasil: a Terra e o Homem*, também da década de 1960, configurando-se como coletânea³ e considerada como uma das últimas obras de caráter “geral” do Brasil, na tentativa de caracterizar e retratar a

² “É dizer que essa história só faz sentido se compreendermos que a Terra não é um dado bruto a medirmos como ele ‘se dá’, mas que sempre transita entre o Homem e a Terra uma interpretação, uma estrutura e um ‘horizonte’ de mundo, ‘um esclarecimento’ que mostra o real, uma ‘base’ a partir da qual a consciência se desenvolve” (DARDEL, 2011, p. 48).

³ “Quem quer que os venha a ler – estudantes ou professores, militares ou integrantes das profissões liberais, homens do comércio ou da indústria, do campo ou das cidades, pessoas cultas ou de mediana cultura – conhecera, com a possível exatidão, os fatos essenciais a respeito da **Terra e do Homem** brasileiro” (AZEVEDO, 1972 [1962], p. XI, grifo nosso).

“Geografia do Brasil” no seu quadro completo, sendo a *terra* e o *homem* os sustentáculos do respectivo edifício. E o terceiro, diferente dos anteriores, deu atenção à ecologia na produção de 1984, *Paixão da Terra*⁴, revelando o drama do homem frente à luta ecológica que se figurava nas derradeiras décadas finais do século XX. É identificável, assim, que a terra tem uma história na Geografia⁵, revelando “algo mais” do que a mera condição de objeto a ser descrito⁶.

De qualquer forma, sendo terra ou matéria, ambas são signos linguísticos edificados pelo humano. A terra na Geografia, então transmutada em rural no nosso presente caso, compreenderia um *universo*, que ultrapassa a circunscrição de um mero “objeto”, representando, pois, uma “totalidade do real”, traduzindo, assim, certa fração da existência da matéria coberta por uma respectiva de ordem cultural. Colidindo com a ideia de *campo* e inserindo, na sequência, a concepção de *cidade/urbano*. Sendo estes dois últimos uma nervura infinita no debate acadêmico por meio do conjunto inesgotável de publicações sobre o tema.

A compreensão da terra no Brasil reclama algumas considerações referentes ao processo de ocupação e colonização. Ambos os processos desenharam a geografia brasileira do presente. Antes, uma terra “vazia”, pronta para a exploração material e, sucessivamente, humana, firmando o que Sérgio Buarque de Holanda (2000) chamou de *Visão do Paraíso*, um espaço com terra abundante e mão de obra barata. A ideia de “vazio” representou uma das justificativas para a desenfreada exploração das terras brasileiras. Os povos originários quando do primeiro contato com o europeu foram caracterizados como nada, num sinônimo de selvageria. Os negros trazidos de África também marcaram a terra no Brasil. Indígenas, africanos e europeus, assim, deram os primeiros sentidos à terra. Ora como mercadoria, ora como resistência e luta, ora o retrato da barbárie humana.

No brutal genocídio e etnocídio da história do Brasil restara apenas a partilha de terras ao branco europeu, cabendo ao indígena e ao africano o massacre interminável pelos primeiros. A Lei das Sesmarias consistiu no exemplo mais cristalino, pois, por meio das capitâncias hereditárias, a terra passou a ter um dono. Outro episódio foi a Lei de Terras de 1850, substituindo o antigo modelo de sesmaria, essa lei propiciou o regime de propriedade privada; a terra, então, só poderia ser adquirida e utilizada por meio da compra. O espaço brasileiro, lugar dos povos originários, passou a território do branco. Hectares infinitos de terras foram postos à mesa do mercado. E o mercado, assim, como outro significante da terra.

⁴ “A Terra, antes de ser conhecida, explorada, fincada ou perfurada, é palco, mora e companheira. É para ser amada” (PORTO-GONÇALVES, 1984, p. 13).

⁵ Élisée Reclus é outro exemplo caso desçamos no tempo, basta consultarmos *La terre: description des phénomènes de la vie du globe* (1868) e *L’Homme et la Terra* (1906), para citarmos alguns.

⁶ “Mais coisas sobre nós mesmos nos ensina a terra que todos os livros. Porque nos oferece resistência”. (SAINT-EXUPÉRY, 1972 [1939], p. 2).

Com esses condicionantes originados na colonização é que surgem duas categorias basilares: a do latifúndio e a dos sem-terra⁷. O termo *sem-terra* é tão emblemático que é possível conjecturarmos um programa filosófico de pesquisa: Como pode um sujeito nascer da terra e a ela não pertencer? A mãe separada do próprio filho figura o cateter que percorre as raízes do acesso à terra no Brasil. Pensamos que a categoria sem-terra pode representar muita coisa, juntamente com aquela que a funda, o latifúndio. O “todo latifúndio”, senhor da terra, explica a “não-parte” pelo absurdo da ganância e do massacre na sua lógica fraticida.

A “não-parte” personificada pelos sem-terra, todavia, não se inclina diante do “todo latifúndio”. A *resistência* representada pelo *conflito* é o outro vértice que qualifica a noção de terra no Brasil, sendo a nervura mais latente, irradiando até mesmo na produção científica. O conflito é uma categoria que explica a produção acadêmica em geografia agrária/rural no Brasil, e não poderia ser de outra forma, até porque o “objeto terra” é quase sinônimo de luta e guerra. Basta observarmos a história de lutas dos quilombos, tendo Palmares como um dos seus melhores exemplos, tal qual Canudos, Contestado e Trombas e Formoso. O conflito é uma via explicativa dos estudos rurais no âmbito da geografia brasileira.

É fundamental que entendamos como a terra se manifesta para além do latifúndio. Na história do Brasil, outras formas coexistiram em relação às formas totalitárias. Algumas delas são as terras indígenas, terras de preto, terras de santo, também entendidas como terras de uso comum (ALMEIDA, 2009). As terras de preto, por exemplo, correspondem às aquisições que remontam aos ex-escravos, ligando-se, na maioria das vezes, aos quilombos. As terras de santo, por outro lado, qualificam-se pela desestruturação das terras pertencentes à Igreja, nestas terras o(s) santo(s) é(são) considerado(s) o(s) proprietário(s) verdadeiro(s)⁸, o sobrenatural, neste caso, tem certa determinação na matéria.

A relação dos indígenas com a terra, por outro lado, é a de um ente. Os rios, as árvores, os animais, todos são dotados de vida, não sendo, necessariamente, ingredientes da matéria ou meros dados geográficos. Os Guarani, por exemplo, denominam a terra de *Yvy*⁹, um ente que possui alma, uma espécie de espírito que necessita ser cuidado e não alterado. A Terra (*Yvy*), enquanto espírito, precisa ser respeitada para que continue protegendo aqueles que dela necessitam.

O camponês é outro caso que merece algumas considerações. Primeiramente, por sua condição de nervura, o camponês é um dos temas mais caros aos estudos rurais, sua *existência* é uma das questões mais proeminentes. Como o tempo é um elemento fundante

⁷ O camponês poderia substituir o termo sem-terra neste caso, porém julgamos importante trabalhar um pouco com a noção de sem-terra. Mais adiante discutiremos o camponês e as concepções de terra que deste conceito emanam.

⁸ Almeida (2009) ainda destaca as terras de herança e as terras soltas ou abertas.

⁹ Podem aparecer também como *Ibí, Ybi, Yby*.

para os estudos do saber, a existência do camponês para nós não é nenhum problema nevrálgico, visto que o saber enquanto tradição e modo de vida não se diluem tão facilmente como alguns autores querem crer. Klass Woortmann (1990), em tenaz análise do camponês sugere o termo *campesinidade*, uma qualidade que existe em diferentes tempos e lugares regida por um saber que lhe é próprio. De todo modo, o debate inaugurado com os estudos de Hugues Lamarche e Ricardo Abramovay, para ficarmos com dois exemplos, não é de todo descartável. A formulação do conceito de agricultura familiar em contraposição ao de camponês vem movimentando de modo muito eficaz a produção acadêmica nas ciências sociais e humanas e a Geografia não se furta de tal discussão, representando uma das frentes mais vivas nesta intrigante nervura. Pilares temporais e proféticos são evocados pelas diferentes visões dos intelectuais referentes ao camponês; ora é propugnado seu fim, ora sua efetiva existência, por vezes um renascimento, uma adaptação, enfim, as lentes são várias.

A campesinidade que mencionamos anteriormente é um termo que se qualifica por meio de uma ordem moral, de uma ética camponesa. Woortmann (1990) desloca o movimento que privilegiava a dimensão econômica e objetivista de conceber o camponês para uma mirada ao subjetivo dos sujeitos que compõem tal *mundus*¹⁰. Sugere, também, que algumas categorias são nucleantes nesse mundo, sendo elas a terra, o trabalho, a família, a liberdade e Deus. Dessas categorias, a terra, o trabalho e a família são as principais, uma vez que são coexistentes, nenhuma existe sem a outra. A terra, por exemplo, não é uma matéria, enquanto solo, apenas para ser explorada, ela expressa uma ordem ética e moral, como um patrimônio (*traditio*) da família, provinda de Deus. A ordem moral, enquanto campesinidade, só se efetiva por meio do trabalho, criando as noções de *terra de trabalho* e *terra de Deus*. Dessa forma, não se concebe a terra como um dado isolado, ela se faz existir pela coexistência das outras categorias. O isolamento dessas categorias e a perda da *traditio*, se continuarmos com o pensamento de Woortmann, é algo próprio da modernidade, em que reina o individualismo e a lógica mercantil, num processo de destituição dos sentidos tradicionais, a terra torna-se uma coisa e a família um fator. Quando a terra deixa de ser um ente ou um morar para o acontecer da vida, ela apenas vira um receptáculo, no qual as coisas acontecem, até mesmo um *cativoiro*, como argumentou José de Souza Martins¹¹.

A fusão entre terra e capital entra em choque com a terra-sentido. A inversão ética e política, que há dezenas de anos vem ocorrendo no território brasileiro com suas terras é, em síntese, a eliminação de uma ordem moral que, no caso dos indígenas, vem sendo

¹⁰ “um *mundus* camponês cercado pelo (mundo) *imundus* da mercadoria, da propriedade privada mercantil desvinculada do trabalho, da ambição; mundo que ameaça a ordem moral, mas com o qual é preciso também saber lidar” (WOORTMANN, 1990, p. 22).

¹¹ Conceito que origina o título de seu livro *O Cativoiro da Terra*, de 1979.

dizimada juntamente com seus saberes. A terra-capital estabelece uma nova ordem moral do homem com a terra, criando outros sentidos. O “ser” passando à “coisa”, um sentido que, no fundo, é um não-sentido.

A terra, portanto, apresenta-se de diferentes formas, variando com as contradições. No “Nordeste, a *terra de trabalho*, condição de realização do pai trabalhador, tem sua localização ideal no *sítio* (e dentro do *Sítio*), espaço por excelência de realização do *pai de família* e da liberdade” (WOORTMANN, 1990, p. 42, grifos do autor). Em outra localidade, como em Sergipe, “a *terra de trabalho* se opõe à *terra de gado*, espaço onde o trabalho foi expulso”, outra situação semelhante aconteceu na Paraíba, “a *terra de agricultura* se opõe à *terra de engenho*, espaço onde não se pode realizar o trabalho” (WOORTMANN, 1990, p. 42, grifos do autor).

A *tradição*, para se realizar como uma ordem moral e ética, depende justamente do saber, afinal, “a transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai governa, dá a direção do processo de trabalho” (WOORTMANN, 1990, p. 43). O pai, “por ser dono do saber que ele é dono do sítio e pai de família. Ele não é um velho, mas um sábio” (WOORTMANN, 1990, p. 48). Mas em que, de fato, perguntemos, consiste este saber camponês?

A matriz cognitiva do camponês (terra, trabalho, família, natureza, Deus) entra numa articulação criando o simbólico que rege a prática, conformando-se, assim, o saber. Com a prática e o saber “estabelece-se um diálogo, uma ‘negociação’, entre as potencialidades da terra ‘o que ela quer dar’ e as necessidades da família” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 12). Portanto, “é pela transmissão desse patrimônio, em duplo sentido – a terra como objeto de trabalho e o saber que constitui o sujeito trabalhador – que se faz o novo pai de família. A mãe, por seu lado, transmite à filha o saber relativo ao domínio da casa” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 14-15). A hierarquia composta pelas relações de gênero também ganha relevo no saber camponês, o que, todavia, requer outra discussão. O que é preciso ficar posto é a existência de um saber que qualifica e comanda os sentidos da terra, conforme já detectara Alexander Chayanov em outras ocasiões, ainda que imerso em uma perspectiva econômica.

O saber camponês não é sinônimo de imobilismo ou arcaísmo, ele se metamorfoseia conforme a dinâmica da história, tampouco podemos reduzi-lo a um saber que não luta pela existência, basta lembrarmos aqui das Ligas Camponesas. Esse saber que regula e comanda práticas e mundividências tem componentes essencialmente espaciais (sítio, mato, casa, céu, terra), que no âmbito da Antropologia vêm sendo dissecados em diferentes leituras. Um saber que se relaciona com o espaço, portanto, também um saber geográfico. De um modo ou de outro, é uma das raízes do saber

geográfico brasileiro, perpassando os posseiros, foreiros, pequenos proprietários, sitiantes, entre outros.

Além da manifestação cultural, que qualifica as terras que acabamos de mencionar, há outras aparições com vieses mais políticos, que denotam outras perspectivas para se pensar a terra, como é o caso das *terras devolutas* e das *terras griladas*. O termo devoluto, originário do latim *devolutu*, é definido nos dicionários como “desocupado”, “desabitado”, “vago”, em outros termos, uma “terra vazia”. Geralmente, em termos do presente, essas terras estão no poder do Estado, mas isso não impediu que fossem ocupadas e muitas vezes engolidas pelo latifúndio e pelo próprio capital. O latifúndio é constituído pela posse das terras devolutas, criadas por ele mesmo. O vazio ou devoluto, como já dissemos brevemente, foi uma ideologia eficaz. A terra no Brasil, como é sabido, continha os chamados povos originários na figura dos indígenas. As terras griladas, todavia, correspondem à arte de criar uma fábula sobre a ideologia do vazio para a posse das terras. Cabe mencionarmos, entretanto, que o Brasil já possui muita informação das terras devolutas, imprescindíveis à Reforma Agrária. A grilagem e o descompasso dos poderes entre os senhores da terra e os povos originários não permitiram uma verdadeira distribuição da terra.

A concentração de poder e a dinâmica do mercado, próprios do modo de produção capitalista, conferiram à terra outras atribuições e sentidos, e sem nenhuma dúvida o mais importante deles é o que a economia política veio a chamar de *renda da terra*. A renda da terra pode ser entendida como uma categoria analítica ou como uma teoria, variando com o enfoque dos autores. Na história do pensamento econômico, autores como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Thomas Malthus (1766-1834) e Johann Rodbertus (1805-1875) podem ser considerados uma espécie de teóricos ou iniciadores do que se concebe como teoria da renda da terra, mas foi com Karl Marx que o debate teve maior expressividade, com ele a renda da terra pressupõe propriedade privada. O capital na agricultura será uma das formas que tingirá a terra com outras cores, no que podemos chamar de *capitalização da terra*.

No âmbito da renda da terra não há espaço para *sentidos existenciais*, o que define o jogo é a *terra-mercadoria*, inserida na lógica do modo de produção capitalista. Percebe-se que terra é um bem finito e nesse sentido ela tem um preço, com isso se torna uma propriedade privada. A terra como um bem capitalista é o sentido que a define a partir da modernização e da monopolização do capital. A terra, assim, pode gerar lucro e mais-valia. Marx, então, compreende a terra no capitalismo mediante três noções: a *renda da terra absoluta*, própria da propriedade privada; a *renda da terra diferencial 1*, entendida como uma renda oriunda da fertilidade dos solos, da localidade das terras e da quantidade de terras possuída; e a *renda da terra diferencial 2*, perfazendo os capitalistas que melhor

administrassem a terra e o processo de produção das mercadorias. Para a Geografia vem sendo muito úteis as formulações de Marx sobre a renda da terra, a geografia agrária, por exemplo, será uma das áreas que irão se destacar na incorporação do pensamento marxista, cuja luta de classes será o ângulo mais luminoso do cristal.

Ainda nesse plano do político e econômico, outras noções vêm surgindo para qualificar a terra. A *colonização da terra*, que durante muito tempo respondia à compreensão da história e posse da terra, vem abrindo espaço para outras abordagens no período contemporâneo, tais como a *financeirização da terra*, a *estrangeirização da terra* e um dos mais emblemáticos e polêmicos: o *land grabbing*¹². No fundo, as relações de poder resumem essas diferentes expressões, que vem para enriquecer a maneira de pensarmos a terra em sua lógica capitalista.

A terra, como já mencionamos, guarda muitas significações. O carácter *fúnebre* também é um deles, e ninguém melhor do que Josué de Castro para ter detectado este outro sentido em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, de 1967. Com uma metafísica distinta das anteriores, Castro (1967, p. 27) com denodo expressa a fabulação da terra com a lógica capitalista num só ritmo, narrando as motivações das Ligas Camponesas:

Por que esta desvairada aspiração de possuir, depois de morto, sete palmos de terra, por parte de quem na vida não dispusera, de seu, nem de uma polegada de solo pertencendo quase todos, aos imensos batalhões dos sem-terra que povoam o Nordeste Brasileiro? E por que este desespero em possuir um caixão próprio para ser enterrado, quando em vida esses deserdados da sorte nunca foram proprietários de nada – nem de terra, nem de casa, nem mesmo do seu próprio corpo e de sua própria alma, alugados a vida inteira aos senhores da terra?

A narrativa de Josué de Castro é coberta por diversas metáforas geográficas, interconectando a fome, a morte e o homem, chamando atenção “desta estranha geografia, onde não é a terra que dá de comer ao homem, é antes o homem que nasce apenas para dar de comer à terra. Para alimentar esta terra-cemitério, que engorda com sua matéria orgânica” (CASTRO, 1967, p. 42). Além dessa terra-cemitério, menciona a *paisagem defunta*¹³, definindo-se pela “presença constante da morte, da expectativa da morte, da fraternal promiscuidade dessa gente com a morte” (CASTRO, 1967, p. 41). Morte, homem, Deus, luta, conflito, e capital são alguns conceitos que detectamos com maior recorrência quando o assunto é terra no Brasil. Com esse quadro pretendemos construir um raciocínio que revele a polissemia do entendimento da terra, embora alguns elementos sejam comuns às abordagens, como o homem e o conflito.

¹² O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) vem somando um número expressivo de publicações sobre esses dois últimos processos. Consultar Pereira (2017).

¹³ O termo *paisagem defunta* foi retirado do um poema de João Cabral de Melo na obra *Dois águas: poemas reunidos*, 1956).

O trinômio terra, homem e luta, neste sentido, representou, durante muito tempo, o estilo da literatura brasileira na descrição do “homem do campo”, conjugando o estilo regionalista de retratar e pensar as relações humanas. O melhor exemplo desta tradição é a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. O tripé detinha uma lógica muito objetiva: a terra *influenciava* o homem, e este *influenciava* a luta. Uma relação de determinação conduzia este triângulo. Primeiro a terra, conduzindo e interpenetrando o homem, o *lugar sendo requisito do ser*. Ainda neste modelo, o *ser* feito pela terra desdobrava-se em lutas e confrontos pela sobrevivência. O estilo regionalista, todavia, ganhara outros contornos com a figura de Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, o triângulo que explicava as relações humanas com a terra não teria mais determinação, mas seria apenas equivalente: a luta determina o homem; o homem determina a terra; a terra determina a luta; o homem determina a luta; ou seja, as três categorias são equivalentes, interconectando-se, intrinsecamente. O tripé terra, homem e luta (ou conflito) detém um potencial explicativo dos estudos rurais ainda muito atual, longe de qualquer relação de determinação esse triângulo representa a história do rural.

Há diferentes caminhos para compreender a Geografia e os estudos do rural no Brasil, a escolha pela terra e em menor grau o conflito é apenas um desses. A terra como rural ou agrícola desenhava campos de investigação em diferentes ciências, é preciso, pois, tocar brevemente nesse assunto.

O Rural, Agrícola, Agrário e a História

Se a terra, enquanto rural, é uma categoria da vida e da matéria, logo, da ciência, é necessário que entendamos algumas diferenças fundamentais. A primeira consiste na sua condição de objeto histórico. No campo da história é possível fazer uma história da terra/fabulação (imagens espaciais) aproximando-se da geografia histórica e, também, da história rural. Na geografia histórica, por outro lado, é privilegiado o entendimento da terra superfície (estratos) por meio do tempo geológico e suas eras. Na Geografia, além da geografia histórica propriamente dita, há estudos que privilegiam as relações territoriais, desenhando a chamada história territorial na formação do Brasil¹⁴. Enquanto objeto histórico, é possível, enfim, realizar uma variedade de estudos dependendo dos objetivos almejados. O interesse pela Sociologia também demonstra outro modo de pensar o rural. A sociologia rural, com figuras como Henri Lefebvre e José de Souza Martins, demonstra como o rural e as relações humanas constituem um objeto profícuo à Sociologia. A terra,

¹⁴ Como podemos detectar na produção acadêmica de Antônio Robert Moraes, notadamente em *Território e História do Brasil* (2008).

enquanto rural, portanto, é mais do que um “palco” ou superfície dos acontecimentos, e o olhar histórico vem provando isso de diferentes modos.

Faz-se necessário destacarmos, também, outro elemento de ordem conceitual. Trata-se dos conceitos de agrícola, que privilegiou as relações técnicas e econômicas na compreensão do campo, e o agrário, as lutas e conflitos sociais, respectivamente. O rural, todavia, é uma síntese de ambas as noções, conforme salienta Andrade (1995), em sua reflexão sobre a geografia rural. Essa mesma divisão pode ser constatada no plano da história: história agrícola (ou da agricultura), história agrária e história rural (mundo rural). A dimensão rural na história, todavia, sempre esteve ligada à história econômica e social.

O interesse da história pelo rural praticamente se acende com os estudos da geografia humana na França. No Brasil, o historiador Ciro Flamarion Cardoso se destaca com o seu clássico estudo de 1979, *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*¹⁵. Baseado nos historiadores Jean Meuvret e Emmanuel Le Roy Ladurie, Cardoso realiza uma divisão muito próxima de Andrade (1995). A diferença do primeiro para este último, além dos 16 anos que separam os textos, é que Cardoso estabelece quatro perspectivas para investigar o rural na história, indo um pouco mais além, a nosso ver, que Andrade (1995) com suas três perspectivas¹⁶. A proposta de Cardoso (1979) distribui-se do seguinte modo: *história da agricultura*, ocupando-se das tecnologias agrícolas e das técnicas; *história agrária*, mirando o caráter jurídico e social da terra e relações de trabalho; *história econômica do mundo rural*, consistindo em uma síntese das duas anteriores. Até este ponto, como podemos perceber, a proposta é bastante semelhante à de Andrade (1995), porém Cardoso inclui mais uma dimensão – a *história da civilização rural* – que traz uma síntese histórica global que, para existir, dependerá das três anteriores¹⁷.

Cardoso (1979) demonstra, ainda, como a Geografia foi fundamental para a existência da história agrária e agrícola na França. Figuras como Sorre, La Blache, Demangeon ilustram os importantes nomes nesse processo de influência, sobretudo em sujeitos como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel e Pierre Vilar¹⁸. A despeito da qualidade do referido texto, alguns juízos sobre a Geografia (como o possibilismo e determinismo) são um pouco apressados e generalistas, merecendo um aprofundamento mais consistente na questão.

¹⁵ Consultar o capítulo *História da Agricultura e História Regional*

¹⁶ É importante destacar que Manuel Correia de Andrade, no respectivo texto, estava lidando com a geografia e não com a história.

¹⁷ “No campo de estudos da civilização rural, Le Roy Ladurie inclui um panorama imenso: técnicas, população, sistemas de parentesco, sistemas agrários, economia, revoltas agrárias, religião, cultura, folclore. Ou seja, encontraríamos aqui, no pior dos casos uma síntese histórica global, integrando todos os aspectos possíveis do mundo rural numa visão de conjunto” (CARDOSO, 1979, p. 16).

¹⁸ “É preciso notar que, apesar das afinidades evidentes, existem diferenças mais ou menos notórias entre a atitude do geógrafo e a do historiador, mesmo quando o primeiro se debruça historicamente sobre um tema qualquer. Os pontos de referência principais do geógrafo são o presente e a Terra” (CARDOSO, 1979, p. 37).

A história agrária é um dos campos mais promissores quando se pensa em rural (no tempo) no Brasil e, nesse sentido, se destaca outro tripé analítico. De acordo com Linhares (1997), três categorias se sobressaem na história dos sistemas agrícolas: a terra, o homem e a técnica¹⁹. A associação desse trinômio possibilita historiar o rural em sua relação econômica e social, permitindo, então, uma história agrária segundo a respectiva historiadora.

Essas breves considerações são importantes para entendermos as diferenças entre uma história do rural propriamente dita e uma história da geografia agrária. Neste texto, estamos mais próximos da história da geografia agrária (disciplina), mas essa diferenciação, todavia, vale apenas para um exercício de enfoque de pesquisa, é sabido que a história da geografia agrária não é desvinculada da história do rural (que é bem mais ampla).

Em face dessas diferenças, é possível compreendermos, por exemplo, propostas como a de Mazoyer e Roudart (2010), com a *História das Agriculturas no Mundo*. Apesar da amplitude da obra, à tensão, enquanto nervura dos conflitos no campo, não é conferida tanta atenção, e isso se justifica, em partes, pela dimensão conceitual que abarca a noção de agricultura, que em termos restritos define-se como *técnicas para trabalhar a terra*. O ponto alto da obra é a proposta teórica que lhe sustenta. O desenvolvimento da *teoria dos sistemas agrários* elaborado pelos autores permitiu detectar, comparar e analisar os sistemas agrícolas desde o período Neolítico até o momento recente, evidenciando, ainda, as revoluções que ocorreram na história da agricultura. Outra contribuição da respectiva proposta é a diferenciação da agricultura enquanto *objeto real de conhecimento* e, por outro lado, “o que o observador **pensa** desse objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um **conjunto de conhecimentos abstratos**, que podem ser metodicamente elaborados para construir um verdadeiro objeto concebido, ou **objeto teórico de conhecimento e de reflexão**” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71, grifo nosso). Vemos, portanto, que o pensar e o conhecer sempre estão associados²⁰.

No Brasil, em especial, destaca-se a obra de Linhares e Silva (1981), ainda que tenham feito uma espécie de historiografia dos modos como se pensou a história da agricultura no Brasil, os autores detectam diversas nervuras no conjunto das interpretações, uma delas é a ideia de *produto-rei*, que majoritariamente predominou nas propostas históricas da agricultura brasileira. O *produto-rei* é a imaginativa ideia de que um produto possa dominar todo um território, como se não houvesse outros produtos coexistindo. Por intermédio da ideia de *produto-rei* cria-se a sensação de que existiu apenas o pau-brasil, a cana-de-açúcar, o ouro, o café, entre outros. Nessa lógica, concebida como *ciclos*,

¹⁹ É interessante observar como se repete esses trinômios em diferentes ciências.

²⁰ “Plantar e colher são atividades muito antigas na história da humanidade, mas elas só conseguiram tonar-se frutíferas a partir e **por meio do pensamento**” (SZMRECSÁNY, 1990, p. 8, grifo nosso).

inexistiriam na história brasileira as agriculturas indígenas, quilombolas e camponesas, por exemplo. Caso existam, são consideradas meros pontos num certo todo. Linhares e Silva (1981, p. 15) recomendam que, para se explicar a “agricultura brasileira no conjunto da sociedade, ontem e hoje, é preciso atentar para o fato de ser impossível tomar a totalidade das ideias – ou todas as ideias – elaboradas – ou todas as diferentes explicações que foram dadas”.

As ciências agrárias, sobretudo a agronomia, constituem um campo pouco explorado nos estudos da produção do saber geográfico brasileiro em sua condição temporal e, por isso mesmo, pode enriquecer nosso debate. Captar e relacionar o desenvolvimento das ciências agrárias e a Geografia nessa relação pode surtir resultados interessantes. O agrônomo Amílcar Bairdi (2004), por exemplo, compreende o desenvolvimento das ciências agrárias em seis momentos epistemológicos. Para este autor, o primeiro momento tem na Antiguidade Clássica suas raízes, sobre os auspícios da filosofia helenística, e o escritor Lucius Junius Moderatus (conhecido como Columella) representa um dos primeiros personagens neste período a dedicar-se aos estudos agrônômicos. O segundo momento é o da Idade Média, marcado pelo aprimoramento da hidráulica, irrigação, manejo dos solos e águas. O terceiro momento é o do Renascimento, pelo qual os estudos microbiológicos dos insetos permitiram conhecer e proteger o cultivo de diversas plantas. O quarto momento epistemológico é o da Revolução Científica propriamente dita, em que a mecanização e a indústria passam a fazer parte da agricultura. O quinto momento é o da Revolução Industrial, período que a química agrícola e a genética recebem um grande impulso em seu desenvolvimento, repercutindo, notadamente, na alquimia do cultivo de plantas. Por fim, o último momento epistemológico é o contemporâneo, marcado pelas perspectivas holísticas e sistêmicas à interpretação da agricultura, tal como é enfatizado por Mazoyer e Roudart (2010).

Esse quadro exposto teve como objetivo apresentar as diferentes terminologias que a *terra, enquanto rural*, pode se manifestar como objeto de análise historicamente considerado. O rural, como sugere Carneiro (2012), pode ser tanto uma categoria do pensamento como uma categoria analítica. O rural na condição de objeto na Geografia tem certas particularidades que se diferencia em relação às outras ciências, todavia é necessário entender como essa materialização se manifesta em meio à polifonia conceitual da terra.

Considerações finais para uma agenda de pesquisa

Os estudos que investigaram as pesquisas produzidas sobre rural como objeto têm uma história na geografia brasileira. Nunca será demasiado nos lembrarmos dos clássicos

textos de Migliorini (1950), Valverde (1961, 1964), Megale (1975), Diniz (1984) e Galvão (1987), autores que realizaram, de diferentes modos, periodizações da geografia agrária no Brasil, assim como delimitações do arcabouço que compreenderia os estudos rurais no âmbito da Geografia. Eles representam, portanto, os primeiros geógrafos a elaborar propostas de análise histórica da geografia agrária em termos de Brasil. A considerar a qualidade desses trabalhos, outros foram surgindo, como a detalhada pesquisa de Darlene Aparecida Oliveira Ferreira (1998), que, ainda hoje, pode ser considerada uma das melhores sínteses (periodização) da geografia agrária brasileira. Somando-se outros estudos que surgiram posteriormente, como o trabalho de Flamarion Dutra Alves (2010) e a inovadora proposta de Janaina Francisca de Souza Campos (2012), as temáticas investigadas, embora ligadas à geografia agrária, tiveram objetivos distintos e perspectivas específicas, conforme destacou Claudino (2017). O rural, como objeto da Geografia, e, sucessivamente, a geografia rural, não passaram despercebidos pelos geógrafos.

Acontece, todavia, que a *terra*, enquanto conceito, tem recebido pouca atenção por parte dos geógrafos. Ela se apresenta sobre outros nomes, diluída, muitas vezes, em agrário, agrícola e rural. Consideramos necessário, assim, que se desenvolvam programas de pesquisa objetivando a compreensão da *terra* em diferentes perspectivas e ciências, e, notadamente, em diferentes tempos. Uma agenda de pesquisa, portanto, é necessária.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras e índio: uso comum e conflito. *In*: GODOI, E. P.; MENEZES, M.; MARIN, R. A. **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 2.

ALVES, F. D. **Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira**: A produção em periódicos científicos de 1939-2009. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, M. C. GEOGRAFIA RURAL: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

AZEVEDO, A. **Brasil**: A Terra e o Homem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BACHELARD, G. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, G. **A terra e os devaneios do repouso**: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAIARDI, A. A evolução das ciências agrárias nos momentos epistemológicos da civilização ocidental. *In*: MARTINS, R. A. *et al.* (eds.). **Filosofia e história no Cone Sul**: 3. Encontro. Campinas: AFHIC, 2004. p. 23-28.

BOMBARDI, L. M. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 8, p. 99-121, 2008.

CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CARDOSO, C. F. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**: Petrópolis: Vozes, 1979.

CARNEIRO, J. M. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. *In*: CARNEIRO, M. J. **Ruralidades Contemporâneas – modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

CASTRO, J. **Sete Palms de Terra e um Caixão**. Ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CHAUÍ, M. **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1.

CLAUDINO, G. S. Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em geografia no Brasil. **REVISTA NERA** (UNESP), Presidente Prudente, v. 20, p. 13-55, 2017.

CLAVAL, P. **Terra dos homens**: a Geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, E. **Os sertões**: Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1950.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVIM, D. E. M.; MARANDOLA JUNIOR, E. J. Cinco visões sobre a terra na geofilosofia de Nietzsche. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 22, n. 3, p. 729-746, dez. 2018.

DINIZ, J. A. F. Evolução dos conceitos geográficos e o estudo da agricultura. *In*: DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. Cap 2, p. 35-36.

DINIZ, J. A. F. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. **Geosul**, ano 4, n. 7, p. 92-105, 1989.

FERREIRA, D. A. O. **O mundo Rural sob o ponto de vista geográfico**: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

GALVÃO, M. C. C. Contribuição ao debate sobre as perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Mesas Redondas e Comunicações [...]**. Barra dos Coqueiros: UFS, 1987.

GOMES, I. **(Re) pensando e (Re) qualificando o rural** – uma contribuição da Geografia ao debate. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. História Agrária. *In*: CARDOSO, C. F. (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. **História da Agricultura Brasileira** – combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAIA, C. A. **História das ciências**: uma história de historiadores ausentes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEGALE, J. F. Geografia Agrária: objeto e método. **Boletim Geográfico**, São Paulo, ano 34, n. 247, p. 63-72, 1975.

MELO NETO, J. C. **Duas águas** :(poemas reunidos). - Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.

MIGLIORINI, E. A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica. **Boletim Geográfico**, São Paulo, ano 8, n. 93, p. 1072-1091, 1950.

MISSE, M.; WERNECK, A. O interesse no conflito. *In*: MISSE, M.; WERNECK, A. (org.). **Conflitos de (grande) interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 7-28.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da geografia agrária**: crítica ao Estado Isolado de Von Thünen. São Paulo: lände Editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. *In*: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

PEREIRA, L. I. Estrangeirização da terra: (des)construindo uma definição a partir da Geografia. **REVISTA NERA** (UNESP), Presidente Prudente, v. 20, p. 107-132, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Paixão da Terra**: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Rocco, Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, 1984.

RIBEIRO, W. C. R.; SOARES, P. R. R. Cidadania e Reforma Agrária no Brasil: A herança de Manoel Correia de Andrade. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales – Scripta Nova**, v. XIII, n. 288, abr. 2009.

ROSA, G. **Grande Sertão: Veredas**. Editora Nova Aguiar. Rio de Janeiro, 1994.

SAINT-EXUPÉRY, A. **Terra dos Homens**. Rio de Janeiro: LJE, 1972.

SUZUKI, J. C. Geografia Agrária: gênese e diversidade. *In*: MARAFON, J. C.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

VALVERDE, O. A escola de Geografia Agrária de Leo Waibel. Porto Alegre: **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 28, p. 11-14, 2002.

VALVERDE, O. A Geografia Agrária como ramo da Geografia Econômica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 2, p. 430-432, 1961.

VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. *In*: VALVERDE, O. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pesquisas Educacionais, 1964. v. 1, p. 11-37.

WOORTMANN, K. “**Com Parente Não se Neguceia**”: O Campesinato como Ordem Moral. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico/ 87).

WOORTMANN, K.; WOOTMANN, E. Campesinato e Saber Agrícola. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, XXVI., 1997, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 1997.

Sobre os autores

Guilherme dos Santos Claudino – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente (2015); Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0002-0331-3497>.

Eliseu Savério Sposito – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente (1974), Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (1983); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (1990); Atualmente é professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, São Paulo. **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0001-8887-8720>.

Como citar este artigo

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. Terra e Geografia. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 21-39, set.-dez., 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Guilherme dos Santos Claudino** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Eliseu Savério Sposito** pela aquisição de dados e suas interpretação e análise e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 28 de maio de 2019.

Aceito para a publicação em 27 de julho de 2019.
